

**CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO**  
**DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO**  
*(coordenadores)*

# **O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A APLICAÇÃO DO DIREITO**

*Estudos em homenagem aos  
30 anos do Tribunal da Cidadania*

**PREFÁCIO:**  
**Ministro Mauro Campbell Marques**  
do Superior Tribunal de Justiça

**APRESENTAÇÃO:**  
**Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa**  
do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Copyright © 2020 by Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho (coordenador)  
Daniel Octávio Silva Marinho (coordenador)

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

S959s

O Superior Tribunal de Justiça e a aplicação do direito : estudos em homenagem aos 30 anos do Tribunal da Cidadania / Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, Daniel Octávio Silva Marinho (coordenadores) ; prefácio Mauro Campbell Marques ; apresentação Ari Jorge Moutinho da Costa. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

780 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia ao final de cada artigo.

ISBN 978-65-5510-146-1

1. Superior Tribunal de Justiça. 2. Código de Processo Civil de 2015. 3. Direito tributário. 4. Direito penal. 5. Direitos humanos. I. Ramos Filho, Carlos Alberto de Moraes. II. Marinho, Daniel Octávio Silva. III. Marques, Mauro Campbell. IV. Costa, Ari Jorge Moutinho da. V. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1177573

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>1</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>5</b>
<b>Nota dos Coordenadores .....</b>	<b>7</b>
<b>As Normas Fundamentais Contidas no Novo Código e a Tutela Jurisdicional a Partir da Razoável Duração do Processo .....</b>	<b>9</b>
<i>Alexandre Ávalo Santana</i>	
<b>O Erro de Direito e a Nulidade do Lançamento Tributário.....</b>	<b>29</b>
<i>Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior</i>	
<b>A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....</b>	<b>47</b>
<i>Andrea Lasmar de Mendonça Ramos</i>	
<b>Conflito entre Coisas Julgadas no Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>69</b>
<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	
<b>A Construção Jurisprudencial da Exceção da Pré-Executividade no Procedimento Executivo Fiscal pelo Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>91</b>
<i>Bernardo Silva de Seixas</i>	
<i>Gabriela Costa de Oliveira Paiva</i>	
<b>As Exonerações Tributárias nas Operações Destinadas à Zona Franca de Manaus à Luz da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>119</b>
<i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i>	
<b>Considerações sobre a Tutela de Evidência do Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>139</b>
<i>Clarissa Vencato da Silva</i>	

<b>O Novo CPC e o Enunciado n. 410 da Súmula do STJ: A Intimação Pessoal como Requisito para Imposição das <i>Astreintes</i> .....</b>	<b>153</b>
<i>Clóvis Smith Frota Júnior</i>	
<b>Fazenda Pública e Precedentes Vinculantes na Execução Fiscal: Análise de Teses Firmadas em Recursos Especiais Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça .....</b>	<b>179</b>
<i>Daniel Octávio Silva Marinho</i>	
<i>Jéssica Lahís Silva Bastos de Menezes</i>	
<b>Inadimplemento de Obrigação Tributária Principal. Ilícito Tributário sem Repercussão e Mandado Constitucional de Intervenção Mínima do Direito Penal .....</b>	<b>209</b>
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
<b>Presunções Estabelecidas em Favor da Fazenda Pública nas Execuções Fiscais à Luz da Jurisprudência do STJ .....</b>	<b>229</b>
<i>Edson Rubim da Silva Reis Filho</i>	
<b>O Artigo 139, IV, do CPC/15 e Recentes Julgados do Superior Tribunal de Justiça: Um Convite à Reflexão .....</b>	<b>247</b>
<i>Elias Marques de Medeiros Neto</i>	
<b>A Importância do Superior Tribunal de Justiça para a Evolução da Responsabilidade Civil Brasileira .....</b>	<b>261</b>
<i>Eneas Matos</i>	
<b>O Princípio da Concentração e os Desafios do STJ .....</b>	<b>335</b>
<i>Fábio Caldas de Araújo</i>	
<b>Planejamento Tributário: Tipicidade da Tributação e Limites da Autonomia Privada à Luz da Recente Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....</b>	<b>357</b>
<i>Jorge Eduardo de Souza Martinho</i>	

<b>A Ação Rescisória e o Código de Processo Civil de 2015: Aspectos Controvertidos e a Interpretação do Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>395</b>
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	
<b>Agravo Interno: Análise das Modificações Legais e de sua Recepção no Superior Tribunal de Justiça.....</b>	<b>417</b>
<i>Lucas Buril de Macêdo</i>	
<b>Notas sobre o Incidente de Assunção de Competência.....</b>	<b>451</b>
<i>Mario Vitor M. Aufiero</i>	
<b>O Diálogo das Fontes e a Legitimidade Coletiva da Defensoria Pública no STJ.....</b>	<b>465</b>
<i>Maurilio Casas Maia</i>	
<b>Negócios Processuais no Processo Executivo Brasileiro.....</b>	<b>493</b>
<i>Pedro Henrique Nogueira</i>	
<b>Imagem-Retrato e Imagem-Atributo. Desafios em Face das Liberdades de Informação, de Expressão e de Imprensa. Reflexões sobre o RESP nº 1.135.543.....</b>	<b>513</b>
<i>Rafael Cândido da Silva</i>	
<b>A Força Normativa dos Princípios Constitucionais da Administração Pública à Luz da Jurisprudência do STJ.....</b>	<b>551</b>
<i>Raquely Portela Malveira</i>	
<b>Breve Comentário do Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça Sobre Prescrição Intercorrente em Matéria Tributária.....</b>	<b>581</b>
<i>Renata Elaine Silva Ricetti Marques</i>	
<b>O Sistema Brasileiro de Precedentes: (IN)Viabilidade Sistêmica?.....</b>	<b>591</b>
<i>Rennan Thamay</i>	
<i>Vanderlei Garcia Junior</i>	

<b>O Problema da Extensão do Julgamento Prevista no art. 942, CPC, em Relação às Questões que, à Unanimidade, Já Foram Deliberadas.....</b>	<b>631</b>
<i>Roberto Pinheiro Campos Gouveia Filho</i>	
<b>A Suspensão dos Processos nos Ritos da Repercussão Geral e dos Repetitivos.....</b>	<b>639</b>
<i>Rodrigo Frantz Becker</i>	
<i>Maia Alexia Martinovich</i>	
<b>Direito Penal Tributário: Crimes Contra a Ordem Tributária na Atual Conjuntura da Jurisprudência Pátria .....</b>	<b>661</b>
<i>Tatiana Scaranello Carreira</i>	
<b>O Superior Tribunal de Justiça e a Arguição de Relevância .....</b>	<b>689</b>
<i>Thiago Rodovalho</i>	
<b>O AGINT no Agravo em Recurso Especial nº 1.156.112 – SP (2017/0208408-7) no STJ e o Impacto no Esgotamento das Vias Recursais como Requisito de Admissibilidade para os Recursos Excepcionais .....</b>	<b>717</b>
<i>Vinicius Silva Lemos</i>	
<i>Daniel Octávio Silva Marinho</i>	
<b>Direitos Humanos no STJ: Controle de Convencionalidade e Cabimento de Recurso Especial.....</b>	<b>753</b>
<i>Vitor Fonsêca</i>	